

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 25570502/2025 - SECULT.UAD.ASDC**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO**

1.1 Objeto da contratação: Credenciamento de pessoas físicas ou enquadradas como Microempreendedor Individual para exercerem as atividades de análise e emissão de parecer técnico sobre propostas de projetos culturais submetidos aos editais executados pelo município de Joinville.

1.2 Especificações técnicas:

Item	Descrição	Unidade de Medida
01	Credenciamento de profissionais com capacidade técnica para elaboração de pareceres avaliativos de projetos culturais	Serviço

1.2.1. São obrigações do credenciado:

- a) Exercer as atividades de avaliação e redação de parecer técnico, sobre os projetos culturais inscritos seguindo os critérios do Edital para o qual o projeto foi proposto e as orientações do coordenador da avaliação;
- b) Ler e seguir integralmente o Edital no qual atuará como Parecerista;
- c) Apreciar, analisar e avaliar, os projetos/propostas culturais, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital disponibilizado ao Parecerista, para atuação;
- d) Emitir diligências, quando for necessário;
- e) Registrar o parecer técnico mediante formulário específico, fornecido pela Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville, redigir seu parecer com impessoalidade, clareza e concisão, a fim de registrar os fundamentos da pontuação atribuída às propostas analisadas;
- f) Analisar a planilha orçamentária da proposta, verificando a adequação dos itens indicados e a compatibilidade dos preços apresentados com os valores praticados pelo mercado;
- g) Comparecer às reuniões, via meio eletrônico, nas datas definidas ou quando convocado, destinadas às orientações, reflexões, debates, decisões, conclusões das análises das propostas, ou por outros motivos afins para Editais de fomento;
- i) Em caso de apresentação de recurso pelo proponente, apresentar os esclarecimentos necessários e a elaborar relatório ou novo parecer, se for o caso.

1.2.2. O parecer técnico sobre o projeto cultural será elaborado com base nos seguintes critérios:

- a) Carga horária de ações de formação propostas;
- b) Percentual investido em divulgação;
- c) Valor por beneficiados pelo projeto;
- d) Contrapartida social apresentada;
- e) Ações de acessibilidade;
- f) Legado que o projeto deixará para a comunidade;
- g) Criatividade e inovação;
- h) Objetividade e coerência do projeto;
- i) Cronograma;
- j) Orçamento;

k) Exequibilidade;

l) Qualificação técnica do proponente;

m) Descentralização;

Entre outros elementos que possam ser incluídos no relatório de análise que será construído juntamente com o edital de fomento.

1.2.3 - Os serviços objeto deste credenciamento são caracterizados como comuns.

1.3 - Este credenciamento é por tempo indeterminado.

1.4 - A presente contratação será um serviço contínuo, pelo que a execução será de 12 (doze) meses, prorrogáveis, observados o artigo 107 da Lei 14.133/2021.

1.4.1 O prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

1.5 Não haverá número mínimo ou máximo de credenciados.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP (0023334120), a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a contratação de pessoa física ou jurídica na condição de Microempreendedor Individual com conhecimento técnico em diversas áreas artísticas e culturais, com expertise técnica para avaliar projetos encaminhados aos Editais culturais

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Para se inscrever no edital de credenciamento a pessoa física ou microempreendedor individual, deve atender os seguintes requisitos mínimos:

a) Ser pessoa física ou microempreendedor individual, sendo que o seu representante deverá atender todos os critérios estabelecidos;

b) Idade mínima de 18 anos;

c) Residir fora do município de Joinville;

d) Ter concluído curso de nível superior;

e) Comprovada experiência como produtor, realizador, gestor ou especialista nas áreas relacionadas abaixo:

I. Audiovisual;

II. Artes Visuais;

III. Artesanato;

IV. Cultura Popular;

V. Dança;

VI. Livro, Leitura e Literatura;

VII. Teatro e Circo;

VIII. Memória;

IX. Patrimônio Material;

X. Patrimônio Imaterial.

f) Não possuir vínculo com a administração pública municipal.

g) Capacidade de redigir textos com impessoalidade, clareza e concisão;

f) Apresentar atestado de capacidade técnica.

4.1.1 Os requisitos apresentados acima deverão ser comprovados através do envio de documentos.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 dias após a convocação realizada através de endereço eletrônico cadastrado;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: O credenciado receberá o projeto cultural, bem como os documentos necessários para a análise, através de e-mail, do qual deverá zelar e guardar confidencialidade. No prazo de 5 (cinco) dias deverá enviar o parecer técnico com a análise realizada ou solicitar esclarecimentos sobre o projeto que será direcionado ao agente cultural por meio de diligência, quando prevista no edital. No caso de haver diligência, o credenciado receberá a resposta apresentada, com a qual deve concluir seu parecer no prazo de 5 (cinco) dias.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados de forma remota, devendo o credenciado enviar sua análise através de parecer para o e-mail informado na convocação.

Do sistema de rodízio

5.3 A ordem de rodízio será definida **pela ordem de protocolo da Documentação de Habilitação**, sendo considerado o último protocolo realizado, ou seja, havendo a necessidade de ajuste ou complementação da documentação, será considerado o último protocolo da última Documentação de Habilitação apresentada/complementada/ajustada, e, **pelos serviços (elencados nos itens 8.3.5 e 4.1, alínea "e" deste termo de referência)** indicados pelo CREDENCIADO.

5.3.1 Os CREDENCIADOS deverão apresentar juntamente com a Documentação de Habilitação os serviços para os quais pretendem se credenciar.

5.3.1.1 Os CREDENCIADOS poderão indicar mais de um dos serviços listados nos itens 8.3.5 e 4.1, alínea "e" deste Termo de Referência, devendo apresentar documentos que comprovam sua capacidade de execução do serviço em cada um deles.

5.3.2 Os prestadores serão designados de forma rotativa, ou seja, será observada **ordem de protocolo da Documentação de Habilitação e o serviço indicado**, respeitando-se os prazos e as condições estabelecidas no Edital.

5.3.3 Sempre que houver o aceite ou a recusa, o CREDENCIADO passará para o último colocado.

5.3.4 O CREDENCIADO poderá declinar, apenas uma única vez por solicitação.

5.3.5 A ordem de chamamento será devidamente publicada, sempre que houver novos credenciados.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. Manifestação sobre a convocação com aceite ou recusa;

5.3.2. Análise do Edital e das normas aplicáveis ao mesmo;

5.3.3. Recebimento dos projetos para avaliação;

5.3.4. Elaboração de parecer fundamentado sobre o projeto atribuído para análise;

5.3.5. Solicitação de esclarecimentos, quando couber.

5.3.6. Reunião de análise de recurso, quando houver.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a credenciada deverá possuir equipamentos necessários para recebimentos dos materiais em formato PDF, bem como para a elaboração dos pareceres a serem enviados para a administração.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Análise de mérito cultural e orçamento previsto.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

6.1 A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

6.1.1 Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela credenciada de todas as condições contratuais.

6.1.2 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do Contrato;

6.2 Define-se como forma de comunicação com a credenciada a formal, nos termos do Decreto n.º 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa n.º 03/2024 (0023970042) da Secretaria de Administração e Planejamento;

6.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa credenciada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da credenciada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.5. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração

Gestor do Contrato

6.6 A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Cultura e Turismo, sendo a mesma responsável pela fiscalização do contrato.

6.7 - Obrigações da credenciada específicas do objeto:

6.7.1 - Substituir no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após notificada, o(s) serviço(s) que apresentar(em) defeito(s), o(s) que vier(em) a apresentar problema(s), que apresentar(em) vício(s) ou defeito(s) oculto(s) que tornem impróprio(s) para uso a que é(são) destinado(s), ou ainda não estejam de acordo com este Termo de Referência, sem ônus para CREDENCIANTE.

6.7.2 - Será de responsabilidade da CREDENCIADA todas as despesas necessárias para a prestação do serviço.

6.7.2.1 - A CREDENCIADA deverá arcar, sem ônus para o CREDENCIANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços.

6.7.2.2 Obedecer as **normas Referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo Legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal**, para o tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual- EPI e coletiva EPC, caso necessário a seus funcionários;

6.7.2.3. A CREDENCIADA terá responsabilidade exclusiva do contratado pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 121 da Lei 14.133/2021.

6.7.3 - Manter a regularidade fiscal nos âmbitos municipal, estadual e federal;

6.7.4 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado.

6.7.5 - Comunicar ao CREDENCIANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

6.7.6 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros.

6.7.7 - Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

6.7.8 - Cumprir com a legislação ambiental aplicável à prestação do serviço.

6.8 - Obrigações da Credenciante específicas do objeto:

6.8.1 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Referência;

6.8.2 - Notificar a(s) empresa(s) CREDENCIADA(S) quanto a qualquer irregularidade encontrada;

6.8.3 - Permitir acesso dos empregados da(s) CREDENCIADA(S) às dependências do(s) local(is) de entrega(s);

6.8.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) CREDENCIADA(S), quando necessário;

6.8.5 - Comunicar formalmente a(s) CREDENCIADA(S) qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento do(s) produto(s), determinando o que for necessário à sua regularização;

6.8.6 - Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviços(s) executados pela(s) CREDENCIADA(S).

6.9 - Das sanções

6.9.1 No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021 e no Edital.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do parecer;

7.2 Os itens serão recebidos:

a) No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após o envio para análise, onde a CREDENCIANTE realizará o recebimento, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente Termo de Referência;

b) Se a CREDENCIANTE constatar no recebimento definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no presente Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CREDENCIADA deverá providenciar no prazo de 5 dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, conforme item 2, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

7.3. O prazo para a solução, pelo credenciado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 O pagamento será por item entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

7.5 Para fins de pagamento, a credenciada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da credenciada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Credenciamento.

Regime de execução

8.2. A execução da presente contratação será pelo regime de execução indireta de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1 Ser pessoa física ou microempreendedor individual, sendo que o seu representante deverá atender todos os critérios estabelecidos;

8.3.2 Idade mínima de 18 anos;

8.3.3 Residir fora do município de Joinville;

8.3.4 Ter concluído curso de nível superior;

8.3.5 Comprovada experiência como produtor, realizador, gestor ou especialista nas áreas relacionadas abaixo:

II. Artes Visuais;

III. Artesanato;

IV. Cultura Popular;

V. Dança;

VI. Livro, Leitura e Literatura;

VII. Teatro e Circo;

VIII. Memória;

IX. Patrimônio Material;

X. Patrimônio Imaterial.

8.3.5 Não possuir vínculo com a administração pública municipal.

8.3.6 Comprovação de aptidão para a execução de serviço equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados.

8.3.6.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome de pessoa física ou de microempreendedor individual.

8.3.6.2 O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da credenciante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4 O credenciante deverá apresentar a ficha de inscrição disponibilizada junto com o Edital (SEI 0023351286) devidamente preenchida.

8.5 Após habilitados, os interessados no credenciamento serão avaliados por sua capacidade técnica, critério que garantirá sua homologação no credenciamento ou sua exclusão do processo.

8.6 O credenciamento não garantirá atuação como parecerista, dependendo de convocação por parte da Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville.

8.7 - Da participação de consórcio

8.4.1 Não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em em vista que o item 8.3.1 indica que serão habilitados pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEI).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme Orçamentos Planilhados que instrui o presente processo de contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária das unidades participantes;

10.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA

11.1 - Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.





Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Augusto Heinemann Gassenferth**, **Secretário (a)**, em 26/05/2025, às 15:08, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jonatas Alves da Silva**, **Coordenador(a)**, em 26/05/2025, às 15:37, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25570502** e o código CRC **60FCC074**.

Avenida José Vieira, 315 - Bairro Saguacu - CEP 89204110 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

24.0.249766-6

25570502v4